

Economista defende novo regime monetário

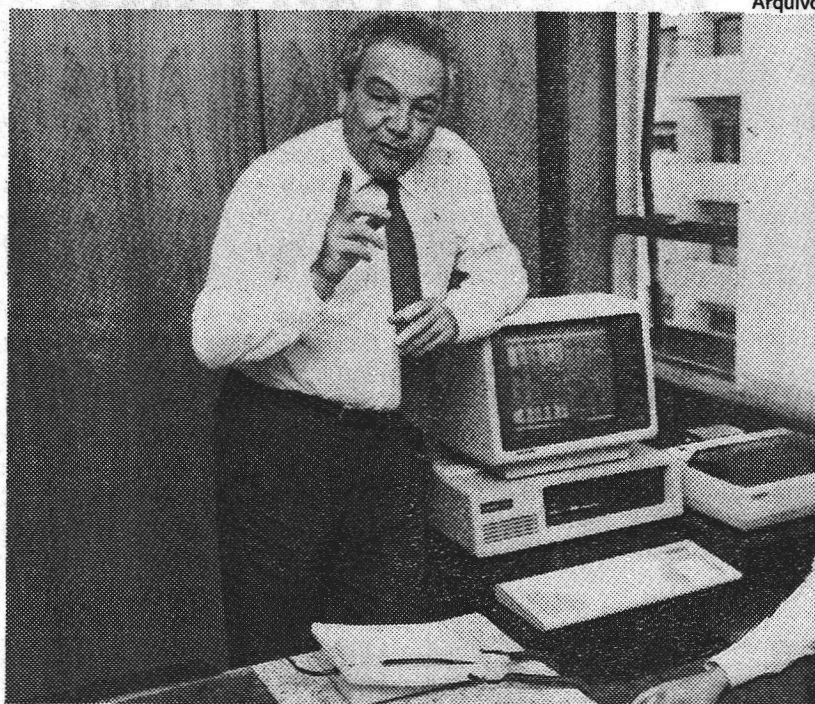
■ Adroaldo Moura diz, em boletim da Fipe, que falta de moeda de valor estável dificulta projetar e aprovar a lei orçamentária

SÃO PAULO — “A mais óbvia dificuldade do governo num ambiente cronicamente inflacionário é fazer cumprir o rito democrático de projetar e ter aprovada a lei orçamentária.” A opinião é do economista Adroaldo Moura da Silva. “Em suma”, diz ele, “a falta de uma moeda de valor estável não permite que se faça uma boa formulação da peça orçamentária.”

O economista assina um dos artigos sobre estabilização da economia publicados no boletim *Informações Fipe*, distribuído ontem pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

Além de Adroaldo Moura, escrevem outros professores da Faculdade de Economia e Administração da USP: Carlos Longo, Affonso Celso Pastore, Antonio Lanzana, Joe Yoshino, Celso Martone, André Montoro, Luiz Martins, Guilherme Dias, Cicely Amaral e Heron do Carmo. Adroaldo Moura prefere defender a tese de que a reforma do regime monetário precede a do fiscal. “É praticamente impossível eliminar a inflação se a chamada política econômica ficar restrita a *botar a casa em ordem*”, justifica. Por isso, acredita que “o mero exercício de cortar despesas ou mesmo privatizar, neste clima de inflação crônica, será inócuo para exterminá-la enquanto não for possível estabelecer, de modo irretorquível, um novo regime monetário e fiscal”.

Câmbio — O economista Joaquim Cirne de Toledo descreve modelos de ancoragem cambial, aproveitando para definir o que seja esse tipo de instrumento de controle do processo inflacionário. “O termo



Arquivo

Moura: reforma monetária é prioridade para estabilização econômica

AUMENTOS

Grupos	Variação
Alimentação	32,97%
Despesas pessoais	35,35%
Habitação	37,77%
Transportes	35,23%
Vestuário	38,23%
Saúde	38,59%
Educação	34,50%
Índice geral	35,23%

Fonte: Fipe/USP

âncora cambial é aplicado genericamente à utilização da taxa de câmbio, ou de ativos externos (divisas ou ouro), como instrumento de coordenação dos processos de formação de preços na economia.” As conclusões de Toledo são pessimistas em relação aos resultados de uma ancoragem cambial no Brasil, pelo menos a curto prazo.